

# UM DEBATE ENTRE J. L. MACKIE E ALVIN PLANTINGA SOBRE O PROBLEMA LÓGICO DO MAL

*A DEBATE BETWEEN J. L. MACKIE  
AND ALVIN PLANTINGA ON THE  
LOGICAL PROBLEM OF EVIL*

***Lusandro Oliveira Leite<sup>48</sup>  
Bruno Ribeiro Nascimento<sup>49</sup>***

---

<sup>48</sup> *Graduando em Filosofia pela Uninter (Centro Universitário Internacional). Graduando em Teologia pela Faculdade Internacional Cidade Viva (FICV). Atuou como Professor de Filosofia e Sociologia no Instituto João Siqueira de Figueiredo em Conceição/PB. É líder da Congregação Batista de Tavares/PB. Endereço eletrônico: lussandro2011@hotmail.com.*

<sup>49</sup> *Orientador do trabalho. Doutorando em Filosofia (UFRN) e professor de Filosofia da Religião da Faculdade Internacional Cidade Viva (FICV).*

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é apresentar alguns parâmetros a partir de uma cosmovisão cristã para pensar a relação entre música cültica e música não cültica. Para isso, vamos fornecer alguns princípios para que os cristãos possam pensar tanto a música cültica, quanto a música não cültica, mostrando que os cristãos não devem ver a música a partir de um dualismo entre coisas de Deus e coisas 'do mundo', mas a partir da cosmovisão cristã. Esse artigo está dividido em quatro partes. Na primeira parte, falamos um pouco sobre como a visão cristã é influenciada pelo dualismo. Na segunda parte, queremos mostrar a partir de uma cosmovisão cristã baseada na criação, queda e redenção, como o cristão deve perceber a música e a realidade da criação de Deus. Na terceira parte, vamos tratar sobre o conceito de graça comum, isto é, a ordem de desenvolver cultura tal como dada à toda humanidade no princípio de todas as coisas. Por fim, na última parte vamos oferecer alguns princípios a partir de Schaffer tanto para se pensar a música cültica, quanto para se pensar a música não cültica.

## **PALAVRAS-CHAVE**

*Música litúrgica; cosmovisão cristã; música cültica; música não-cültica.*

## **ABSTRACT**

The objective of this work is to present some parameters from a Christian worldview to think about the relationship between cultic music and non-cultic music. To this end, we are going to provide some principles for Christians to be able to think of both lyrical and non-lyrical music, showing that Christians should not see

music from a dualism between things of God and things of the world, but from the Christian worldview. This article is divided into four parts. In the first part, we talked a little about how the Christian view is influenced by dualism. In the second part, we want to show from a Christian worldview based on creation, fall and redemption, how the Christian must perceive the music and the reality of God's creation. In the third part, we will deal with the concept of common grace, that is, the order to develop culture as given to all humanity at the beginning of all things. Finally, in the last part we are going to offer some principles from Schaffer both for thinking about music, as for thinking about non-music.

#### **KEYWORDS**

*Liturgical music; christian worldview; cult music; non-cult music.*

### **1. INTRODUÇÃO**

Muitos filósofos ateístas utilizam a presença do mal no mundo como uma justificativa de que Deus não existe ou que, de alguma maneira, constitui um obstáculo intelectual à crença em um Deus poderoso que conhece necessariamente todas as coisas e é absolutamente benevolente. Desta forma, como podemos conciliar tanta dor e sofrimento no mundo com um Deus amoroso e relacional? Para esses pensadores, a questão se resume ao fato que a abundância de miséria, dor e maldade presentes na vida das pessoas, assim como os males naturais, não se encaixam com as declarações cristãs sobre um Deus bom; portanto, a crença em um ser grandioso parece ser inadmissível ou irracional.

Indubitavelmente, as ações humanas nos surpreendem pela produção de males em larga escala, sendo esses males

resultantes da decadência e insolência do homem. Percebemos que o *mal moral* já seria suficientemente desastroso para o convívio social, contudo, além do *mal moral* tal como a violência doméstica, assassinatos, estupros, guerras, conflitos religiosos e corrupções, há também os *males naturais* como os terremotos, maremotos, furacões, entre outros. E, também, diferentes tipos de doenças como câncer, varíola, doenças contagiosas como a Covid-19, patologias genéticas, etc. Mediante tudo isso, os filósofos ateístas declaram que não existe um Deus bom e poderoso.

Conforme explicado acima, o problema do mal incide na questão de conciliar a existência de um Deus sumamente bom, onipotente e onisciente com a existência do mal. Cremos ser importante, também, explicar que atualmente o problema do mal é dividido em dois tipos: o problema lógico do mal e o problema evidencial do mal. Na perspectiva do problema lógico, os filósofos ateus como J. L. Mackie defendem que a existência de um Deus bom, poderoso e onisciente é logicamente inconciliável com a existência do mal; segundo o problema evidencial, mesmo que seja possível conciliar logicamente a existência de um Deus *todo-bondoso* e *todo-poderoso* com a existência do mal, ela não deixa de ser considerada muitíssimo improvável, ou seja, dada a presença do mal no mundo não é provável que Deus exista. Neste artigo nos deteremos exatamente no estudo do problema *lógico* do mal<sup>50</sup> e na defesa do livre-arbítrio libertário em Alvin Plantinga.

51

---

<sup>50</sup> O ateísta recorrentemente usa do problema lógico do mal para afirmar categoricamente que é impossível um Deus com os atributos de onipotência, onisciência, onipresença e bondade existir, dado a presença do mal no mundo.

<sup>51</sup> Alvin Plantinga é doutor em filosofia pela renomada Universidade de Yale. Foi presidente da importante American Philosophical Association e da Society of Christian

## **2. O PROBLEMA DE J. L. MACKIE**

### **2.1 O ARGUMENTO DO MAL CONTRA A EXISTÊNCIA DE DEUS DE J. L. MACKIE**

Primeiro é preciso demonstrar o problema para, logo depois, verificar as supostas contradições que os cristãos aceitam. Os filósofos ateístas apresentam aparentes incoerências lógicas nas declarações cristãs sobre a existência de um Deus onipotente, que conhece todas as coisas e que é amoroso com suas criaturas, com a presença do *mal moral* e *mal natural*. Destarte, eles esboçam e defendem o seguinte argumento:

- (1) Deus é totalmente benevolente, Deus é absolutamente poderoso e conhece necessariamente todas as coisas.<sup>52</sup>
- Não está formalmente de acordo com a sentença
- (2) O mal existe.

Segundo o filósofo David Hume (1992, p. 88), “Quer ele impedir o mal, mas é incapaz de fazê-lo? Então é impotente. É capaz, mas não o quer? Então, é malévolo. Quer e é capaz? De onde vem então o mal?”<sup>53</sup> David Hume continua argumentando:

Por que há miséria em tudo no mundo?

---

*Philosophers. Também exerceu o cargo de professor de filosofia na Universidade de Notre Dame. Atualmente é reconhecido como um filósofo cristão de méritos honrosos na academia.*

<sup>52</sup> As formulações das premissas utilizadas neste artigo não seguem as numerações de Plantinga (2012).

<sup>53</sup> *Este argumento ganhou notoriedade com David Hume citando o filósofo Epicuro em Dialogues concerning natural religion. [Publicado no Brasil por Martins Fontes sob o título Diálogos sobre a religião natural].*

Certamente não é por acaso. Devido a uma causa, então. Deve-se à intenção da divindade? Mas ela é perfeitamente benevolente. É contrária à sua intenção? Mas ela é todo-poderosa. Nada pode abalar a solidez desse raciocínio, tão conciso, tão claro, tão decisivo. (HUME, 1992, p. 91).

Para Hume, se existe um Deus todo-poderoso, Ele seria totalmente capaz de destruir o mal presente no mundo; como Ele é onisciente, chegaria a sua mente toda sorte de ações malévolas e saberia evitá-las com seu grande poder. Sendo um Deus “perfeitamente benevolente”, faria de tudo para aniquilar a maldade dos homens, bem como os males naturais. A conclusão para o ateuísta parece pura e simples: se Deus existe e têm todas essas qualidades, logo, o mal não deveria existir. Como o mal existe, a conclusão é que, o Deus teísta não existe. E é assim que se configura o clássico problema *lógico* do mal.

Um exemplo mais moderno desse argumento é apresentado pelo ateuólogo<sup>54</sup> J. L. Mackie<sup>55</sup> que é, sem sombra de dúvidas, um dos mais conhecidos e importantes defensores da versão *lógica* do problema do mal. Num texto academicamente bastante visitado, cujo título é *Evil and Omnipotence* [Mal e Onipotência], John Mackie diz:

---

<sup>54</sup> “Ateólogo” é um termo criado por Alvin Plantinga para designar os ateístas que utilizam do problema lógico do mal para defender que a crença em Deus é inverossímil.

<sup>55</sup> John Leslie Mackie (1917-1981) foi um filósofo australiano. Foi membro do University College de Oxford. Ele foi também eleito em 1974 membro da British Academy. J. L. Mackie ficou muito conhecido como um filósofo ateuísta que defendia que a crença em Deus é insustentável uma vez que o mal existe.

Penso, contudo, que se pode fazer uma crítica mais significativa por meio do problema tradicional do mal. Aqui se pode mostrar não que as crenças religiosas carecem de sustentação racional, mas antes que são positivamente irracionais, que as diferentes partes da doutrina teológica essencial são *inconsistentes* entre si [...]. (MACKIE, 1971, p. 92, grifo nosso).

O filósofo J. L. Mackie defende em seu argumento que vai de encontro à existência do Deus teísta, que as crenças religiosas não precisam de uma base racional, “mas antes que são positivamente irracionais”, que as partes cruciais da doutrina teológica são “*inconsistentes* entre si” (MACKIE, 1971, p. 92). Verifica-se, segundo o ateuólogo, que o cristão não pode aceitar as premissas (1) e (2), pois são contraditórias entre si; contudo, uma análise lógica rigorosa de tais premissas nos permitirá verificar se há ou não contradição aqui.

Certamente não há contradição *explícita* entre (1) e (2). Para que haja uma contradição dessa natureza entre (1) e (2) é necessário que uma das proposições seja a negação ou rejeição da outra. Por exemplo:

(3) *Bruno é um excelente estudante de filosofia e é falso que Bruno seja um excelente estudante de filosofia.*

O teísta aceitaria uma contradição tal como apresentada em (3)? Certamente que não. Todos os teístas recusariam

contradições do tipo *explícitas*. O ateuólogo Mackie está defendendo que a ideia da existência de um Deus bom e onipotente e a presença do mal no mundo suscita uma contradição, entretanto, acredita-se que não seja uma contradição do tipo *explícita*, mas uma contradição *implícita*, pois, como afirmamos acima, não existe nenhuma contradição *explícita* no enunciado do ateuísta. Assim, Mackie argumenta:

Na sua forma mais simples, o problema é este: Deus é onipotente; Deus é totalmente bom; contudo, o mal existe. Parece haver alguma contradição entre essas três proposições, de modo que, se quaisquer duas delas fossem verdadeiras, a terceira seria falsa. Mas, ao mesmo tempo, as três são partes essenciais da maior parte das posições teológicas; o teólogo, ao que parece, *tem* ao mesmo tempo de aderir às três e *não pode consistentemente* aderir a todas. (MACKIE, 1971, p. 92-93, grifo nosso).

Nesse excerto, o filósofo Mackie assume que o teísta adere a uma união de proposições que apresenta em sua totalidade inconsistências e quando o teólogo adere a esse conjunto, suas crenças parecem se tornarem inaceitáveis sob a perspectiva da lógica. Este conjunto foi organizado por Plantinga da seguinte maneira para facilitar a compressão:

- (4) Deus é onipotente.
  - (5) Deus é totalmente bom.
- e

(6) O Mal existe.

Para Mackie, essa estrutura argumentativa apresentada em (4), (5) e (6), que a partir de agora chamaremos de conjunto *A*, é *implicitamente inconsistente*. Mas, como esse conjunto é inconsistente? Ou como por meio das leis da lógica podemos demonstrar de maneira simples o que é um conjunto *implicitamente inconsistente*?

De acordo com Plantinga (2012, p. 30. grifo nosso), “[...] um conjunto *S* de proposições é implicitamente contraditório se há uma proposição necessária *p* tal que o resultado de acrescentar *p* a *S* é um conjunto formalmente contraditório”. Da mesma forma: “[...] *S* é implicitamente contraditório se há uma proposição necessariamente verdadeira *p* de modo que, usando apenas as leis da lógica comum, podemos deduzir uma contradição explícita de *p* juntamente com os membros de *S*”. Mackie afirma, portanto, que esse conjunto descrito é contraditório, sob a justificativa de que *ele é implicitamente inconsistente* conforme apresentado acima.

Mackie (1971, p. 93, grifo nosso), afirma também que (para que haja incoerência no conjunto *A*), é necessário acrescentar algumas premissas *adicionais* ou *princípios* ou ainda o que ele chama de *regras quase lógicas* em analogia às proposições do conjunto *A*. Estes *princípios* ele nomeia de “*bem*”, “*onipotente*” e “*mal*”. Assim, descreve o ateuólogo:

Contudo, a contradição não emerge imediatamente; para exibi-la, precisamos de premissas adicionais, ou talvez regras quase lógicas que conectem os termos “*bem*” e “*mal*” e

“onipotente”. Esses princípios adicionais são que o bem se opõe ao mal, de tal modo que uma coisa boa elimina sempre o mal na medida em que puder fazê-lo, e que não há limites ao que uma coisa onipotente pode fazer. A partir disso, segue-se que uma coisa boa onipotente elimina o mal completamente, e então as proposições de que uma coisa boa onipotente existe, e de que o mal existe, são incompatíveis. (MACKIE, 1971, p. 93).

O filósofo estrutura seu raciocínio de modo simples. Que batizaremos de conjunto *B*, a tese é que o bem é contrário ao mal de tal forma que:

(7) Um ser bom ou “coisa boa” (supõe que essa coisa boa seja Deus) elimina sempre o mal conforme seja possível Ele fazer.

(8) Não há limites ao que esse ser bom, (Deus) onipotente, pode fazer.

Logo de (7) e (8), conclui-se:

(9) Que esse ser muito bom e onipotente “elimina o mal completamente.”

A partir de (6) e (9) segue-se que a defesa de que:

(10) Deus um ser bom e onipotente existe, e de que o mal existe são contraditórias.

Dado esse novo conjunto com esses *princípios adicionais*, o ateuólogo alega obter um conjunto de fato contraditório e que as crenças teístas em um Deus bom e poderoso são contraditórias ou inaceitáveis, principalmente, sob a perspectiva da lógica. O pensador ateu faz essas inferências assumindo que o teísta se contradiz ao admitir a bondade de Deus e seu poder absoluto e a

presença do mal no mundo. Se Deus é uma coisa boa, deveria eliminar o mal se puder fazê-lo, como é onipotente, certamente, Ele pode. Logo, por que o mal existe?

Portanto, Mackie está afirmando que existe algum grau de contradição no conjunto *A*. Para ele, basta acrescentar as proposições *s* e *p*, denominadas de “premissas adicionais ou princípios adicionais” não precisando recorrer apenas à proposição *s*, e quando adicionadas essas proposições ao conjunto que batizamos de *A*, um novo conjunto passa a existir, o conjunto *B*, e este seria reconhecidamente inconsistente. E segue-se disso, que o teísta não deveria, pelo menos de forma racional, aderir ao conjunto *B*, pois, seria o mesmo que cometer “suicídio intelectual.”

## **2.2 PRIMEIRA PARTE DA RESPOSTA DE ALVIN PLANTINGA: HÁ REALMENTE UMA CONTRADIÇÃO IMPLÍCITA?**

A resposta do Plantinga se divide em duas partes. Na primeira parte, ele mostra que J. L. Mackie não apresentou uma contradição implícita entre as três proposições: Deus é onipotente, Deus é totalmente bom e O mal existe. Já na segunda, o filósofo teísta faz a defesa do livre-arbítrio libertário que resolve o problema lógico do mal defendido por Mackie.

Começemos com essa pergunta: é crível pensar que o teísta se contradiz? A lógica nos auxiliará a pensar se há inconsistências na relação entre a existência de Deus e a existência do mal. Por isso, passaremos a analisar a resposta lógica do filósofo teísta.

Na apresentação da resposta do filósofo Plantinga ao ateólogo Mackie, faremos uma breve introdução baseada na obra: *Deus, a Liberdade e o Mal* e, sempre que possível, tentaremos organizar as proposições de uma maneira que fique mais fácil a compreensão do argumento. Plantinga começa avaliando e questionando os conceitos que Mackie precisa anuir para defender que o conjunto *A* seja implicitamente contraditório:

É claro que, se Mackie pretende mostrar que o conjunto *A* é implicitamente contraditório, tem de sustentar que (7) e (8) são não apenas *verdadeiras* mas também *necessariamente verdadeiras*. Mas serão mesmo necessariamente verdadeiras? Que quer dizer de (8), para começar? O que significa dizer que um ser é onipotente? Que ele é *sumamente poderoso* ou *todo-poderoso*, presumivelmente. Mas será que não há *quaisquer* limites ao poder de tal ser? Poderia ele criar círculos quadrados, por exemplo, ou solteirões casados? A maior parte dos teólogos e dos filósofos teístas que sustentam que Deus é onipotente não sustenta que ele possa criar quadrados redondos ou fazer que ele simultaneamente exista e não exista. Esses teólogos e filósofos podem sustentar que não há limites *não lógicos* ao que um ser onipotente pode fazer, mas concedem que nem mesmo um ser onipotente pode dar origem a estados de coisas logicamente impossíveis, nem fazer proposições necessariamente falsas serem

verdadeiras. (PLANTINGA, 2012, p. 31, grifo nosso).

A defesa de Plantinga é de que Deus pode realizar qualquer ação logicamente possível, mas, até mesmo um ser onipotente não pode quebrar as *leis da lógica*.<sup>56</sup> “Poderia ele criar círculos quadrados, por exemplo, ou solteirões casados?” A resposta de Plantinga é que não. Contudo, devemos destacar que existem alguns filósofos e teólogos teístas que acreditam que Deus pode sim quebrar as leis da lógica. Martinho Lutero e Descartes, provavelmente, pensavam que por Deus ser onipotente não pode ser limitado nem mesmo pelas leis da lógica e que pode fazer aquilo que é *logicamente impossível*. Para esses pensadores, que defendem que não existe qualquer obstrução ao que Deus possa fazer (*no sentido lógico amplo*), e que suas ações poderiam escapar das leis da lógica, o problema lógico do mal desaparece completamente, porque Deus poderia dar origem a *estados de coisas logicamente impossíveis*. Assim, Deus faria facilmente com que todas as proposições do conjunto *A* sejam *necessariamente falsas* mesmo sendo *necessariamente verdadeiras* ou *necessariamente verdadeiras* mesmo sendo *necessariamente falsas* e isso seria concebível porque Deus estaria “além” da lógica.

Deus poderia fazer com que um ser exista e não exista instantaneamente. Tente pensar se é possível Deus trazer a existência um estado de coisas *A*, que só pode existir na dependência total do mundo *B*, e que *B* deixou de existir neste exato momento e que o estado de coisas *A* permanece existindo

---

<sup>56</sup> *Um ser como Deus teria condições de trazer o mundo à existência, onde seu próprio poder não burlaria princípios lógicos. Assim, Ele não poderia fazer uma pessoa subir e descer uma montanha ao mesmo tempo.*

pelo controle do poder de Deus sem o mundo *B* existir. Se você começar a pensar por muito tempo nessas coisas, o seu raciocínio começará a estranhar ele mesmo.

Por isso, é importante diferenciar o sentido de *necessidade* e *possibilidade* (na perspectiva lógica ampla), de *necessidade* e *possibilidade* casual ou física. As definições desses termos podem parecer complexas, por isso, Plantinga usa esse exemplo, para facilitar e elucidar as definições: “Henry Kissinger atravessou o Atlântico a nado.” Apesar dessa sentença aparentemente ser implausível, isso não significa que ela seja *necessariamente falsa* no sentido lógico amplo e nem que sua negação seja *necessariamente verdadeira*. Isso acontece porque esse caso se refere exatamente ao campo de *necessidade* e *possibilidade* nesse sentido lógico amplo. Contudo, é perfeitamente verdadeiro que é impossível, em termos de *necessidade* e *possibilidade física* um homem atravessar o Atlântico a nado. O filósofo teísta afirma:

Os seres humanos, ao contrário dos golfinhos, não têm pura e simplesmente o equipamento físico que tal façanha exige. Além disso, ao contrário do Super-Homem, somos incapazes de saltar por cima de edifícios altos de uma só vez ou de viajar mais depressa do que uma bala disparada por uma arma (sem qualquer tipo de energia auxiliar). Essas coisas são *impossíveis* para nós – mas não são *logicamente* impossíveis, nem mesmo no sentido amplo. (PLANTINGA, 2012, p. 29, grifo nosso).

A partir desses exemplos, podemos diferenciar didaticamente a *impossibilidade lógica* da *impossibilidade física*. Entende-se como *impossibilidade lógica* tudo aquilo que violaria as leis da lógica, ou seja, diz respeito ao fato de que é *impossível* qualquer ato violar as leis lógicas, fazendo com que uma contradição não seja uma contradição. Para tornar mais intuitiva essa questão veja essa sentença: *Leibniz é e não é filósofo*. Dessa forma, fica fácil detectar a *impossibilidade lógica*, pois é *logicamente impossível* Leibniz ser e não ser filósofo.

Mas, por que as leis da lógica não são anuladas? De onde vêm as leis da lógica? Alguém poderia dizer que elas vêm de Aristóteles, e historicamente falando ele está certo, se o que ele quer dizer é que foi Aristóteles o primeiro a sistematizar os princípios da lógica. Mas, dentro de uma cosmovisão teísta, a lógica vem da natureza do próprio Deus e por isso essas leis não seriam violadas. O defensor do livre-arbítrio pensa que é impossível que Deus negue-se a si mesmo. Veja esses exemplos ilustrativos retirados da Bíblia, no livro de Tito 1:2, está escrito: “na esperança da vida eterna que o Deus que não pode mentir prometeu antes dos tempos eternos.” Deus não pode mentir e isto é simplesmente a necessidade do Seu caráter, de Sua natureza. No livro veterotestamentário de Números 23:19, o autor narra que Deus nem pode mentir e nem se arrepender em contraste com as criaturas humanas: “Deus não é homem, para que minta; nem filho de homem, para que se arrependa...” Já no livro de 2 Timóteo 2:13, é testificado que Deus não pode negar-se a si mesmo: “se somos infiéis, ele permanece fiel, pois de maneira nenhuma pode negar-se a si mesmo.” Deus não pode, também, existir e não existir ao mesmo tempo.

Desse modo, têm coisas que são impossíveis para Deus e isso diz respeito exatamente à *impossibilidade lógica*. Se Deus violasse as leis da lógica estaria indo contra sua própria natureza, ou seja, negando-se a si mesmo. Já a *impossibilidade física* está relacionada ao fato de muitas coisas serem impossíveis (*impossibilidade natural*), como: a mulher estéril ter filhos; machados flutuarem; coisas surgirem do nada; o fogo não queimar. A *impossibilidade física* só limita as ações das criaturas, mas Deus não é limitado por ela. "Deus é o Deus do impossível" – um termo comum no ambiente cristão, como também é onipotente. Assim, Deus pode fazer a estéril mãe de filhos; criar o mundo a partir do nada ("Ex nihilo") e facilmente fazer um machado flutuar. Nesse caso o poder de Deus não é limitado pela *impossibilidade física*.

É de nosso interesse explicar que de forma alguma desejamos atacar o conceito de onipotência de Deus (ensinado nas Escrituras, presente no credo dos apóstolos e defendido ao longo do tempo pela tradição) para resolver o problema do mal. O objetivo é, simplesmente explicar o porquê de Deus mesmo sendo onipotente não poder quebrar as leis da lógica.

Portanto, para esses teístas que pensam que o poder de Deus não é limitado pelas leis da lógica, a tese do conjunto A ser contraditório não interessa muito e o problema lógico do mal não faz sentido. Assim afirma Plantinga:

Como teístas, acreditam em (4) e (5), mas também acreditam, presumivelmente, em (6). Mas não se deixam perturbar pela afirmação de que (4), (5) e (6) são conjuntamente inconsistentes – porque, como afirmam, Deus

poder fazer o que é logicamente impossível. Assim, Deus pode fazer todos os membros do conjunto A serem verdadeiros, ainda que tal conjunto seja contraditório. (PLANTINGA, 2012, p. 31).

A tese de que o poder de Deus não tem qualquer limite lógico, ou seja, é possível que Ele anule as leis da lógica, não faz muito sentido, pois é o mesmo que admitir o absurdo de existir contradições não contraditórias, ou ainda, verdades falsas ou falsas verdades. Porquanto, o próprio Deus poderia torna o que é *irreal e impossível*, na *perspectiva lógica ampla*, em algo *real e possível*, ao mesmo tempo em que poderia fazer com o que é *lógico e crível* desaparecer. Por isso, para Plantinga (2012, p. 32), “[...] essa perspectiva não é muito popular, e por uma boa razão: é perfeitamente incoerente.” O teísta, assim, defende que existem alguns limites para o que Deus possa fazer. Portanto, considerando “[...] essa restrição, é talvez inicialmente plausivelmente supor que (8) é necessariamente verdadeira.”

Depois da exposição da proposição (8), o filósofo Plantinga passa a analisar (9): que esse ser muito bom e onipotente “elimina o mal completamente.” Plantinga comenta:

No entanto, o que dizer de (9), a proposição que toda a coisa boa elimina todo o estado de coisas mau que puder eliminar? É isso necessariamente verdadeiro? Será sequer verdadeiro? Suponha, antes de mais nada, que seu amigo Paulo desavisadamente vai dirigir o seu automóvel num dia invernososo e fica sem gasolina numa

estrada deserta. A temperatura cai a  $-10^{\circ}$ , e para completar surge um vento miseravelmente frio. Você está sentado confortavelmente em casa (a quarenta quilômetros de Paulo), assando castanhas num braseiro candente. O seu carro está na garagem; no porta-bagagens está o garrafão de vinte litros de gasolina que você tem o cuidado de ter, para eventuais emergências. O desconforto e perigo do Paulo são certamente um mal, um mal que você poderia eliminar. Mas você não o faz. Todavia, presumivelmente você não perde com isso o direito de ser uma “coisa boa” – na realidade, você apenas não sabia do apuro em que Paulo se encontrava. Assim, (9) não parece necessária. Essa proposição afirma que toda a coisa boa tem uma certa propriedade – a propriedade de eliminar todo mal que puder. E, se o caso que descrevi é possível – uma pessoa boa que por ignorância não elimina um certo mal que pode eliminar –, então (9) não é de modo algum necessariamente verdadeira. (PLANTINGA, 2012, p. 32).

Segundo o filósofo teísta, há incoerência na afirmação de Mackie na proposição (9), pois, uma pessoa por não está ciente do perigo que outrem está passando poderia deixar de prestar socorro, mesmo tendo todas as condições necessárias para ajudá-lo e, exatamente por isso, não poderia ser considerado um ser malévolo. Nesse sentido, Plantinga aperfeiçoa a proposição (9), pois ela não faz menção ao atributo de Deus que os teólogos

denominam de onisciência. Deus, além de ser onipotente, ou seja, pode realizar qualquer ação desde que não quebre as leis da lógica (*impossibilidade lógica*), Ele também conhece necessariamente todos os eventos. Destarte, para Plantinga a proposição (9) deve ser revista e passa a ser:

(9a) “Toda a coisa boa elimina sempre todo o mal *de que tem conhecimento* e que pode eliminar.”<sup>57</sup>

Portanto, para Plantinga (2012, p. 33), o conjunto {(4), (5), (6), (8), (9<sup>a</sup>)}, não é formalmente contraditório, porque se esquece de trabalhar com o conceito de onisciência, que “Deus *tem conhecimento* de todo estado de coisas mau.” Contudo, para o filósofo, os teístas (maior parte deles) acreditam de fato que Deus tenha conhecimento de todas as coisas, ou seja, Ele é onisciente, logo é válido acrescentar ao conjunto A a ideia de que Deus sabe dos perigos que afligem e que irão afligir os seres humanos. “[...] assim, se esse novo conjunto – o conjunto que resulta de acrescentar ao conjunto A a proposição de que Deus é onisciente – é implicitamente contraditório, isso satisfaria Mackie e deixaria o teísta perplexo.”

Aqui parece que o teísta está realmente em apuros. Como Deus é onipotente, e chegam ao seu conhecimento todos os acontecimentos, e ele é sumamente bom, a conclusão deveria ser: “Deus destruirá todo mal ou um Deus com esses atributos não existe.” Contudo, as coisas não são tão simples assim. Plantinga (2012), argumentando sobre essa proposição, afirma que um ser mesmo sendo poderoso, onisciente e bom “elimina todo mal *M* de que tem conhecimento e que ele pode eliminar sem dar origem a um mal maior ou sem eliminar um estado de

---

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 33.

coisas bom que supere  $M$ " (p. 34).<sup>58</sup> Portanto, a proposição (9a) revisada mais uma vez continua sem ser necessariamente verdadeira e o conjunto  $A$  continua sem ser afetado.

Agora a proposição (9a) passará a ser (9b): "Um ser bom elimina todo o mal  $M$  de que tem conhecimento e que ele pode eliminar sem dar origem a um mal maior ou sem eliminar um estado de coisas bom que supere  $M$ ." Plantinga oferece uma consideração plausível sobre (9b):

É isso necessariamente verdadeiro? Isso dá conta da segunda das duas dificuldades que afetam (9a), mas não responde à primeira delas. Podemos ver isso como se segue. Primeiro, digamos que um ser *elimina apropriadamente* um estado de coisas mau se eliminar esse mal sem eliminar um bem que o supere ou sem dar origem a um mal maior. É então obviamente possível que uma pessoa se encontre numa situação em que poderia eliminar apropriadamente um mal  $M$  e poderia também eliminar apropriadamente outro mal  $M'$ , mas não possa eliminar apropriadamente *ambos*. (PLANTINGA, 2012, p. 34-35, grifo nosso).

A ideia defendida por Plantinga, nesse trecho, afirma que não é necessariamente verdade que um ser, mesmo sendo, bom

---

<sup>58</sup> "Um tipo de caso ligeiramente diferente mostra a mesma coisa. Um estado de coisas impressionantemente bom  $B$  supera um mal trivial  $M$  - Isto é, o estado de coisas conjuntivo  $B$  e  $M$  é em si um estado de coisas bom. Certamente, uma pessoa boa não estaria obrigada a eliminar um dado mal se só o pudesse fazer eliminando um bem que o superasse".

e poderoso pode eliminar um estado de coisas ruins que chega ao seu conhecimento, porque isso pode gerar outro estado de coisas ruins, pois, Ele eliminaria determinado bem que supere o estado de coisas ruins anterior. A pena corretiva da “coisa boa”, pode eliminar o estado de coisas  $p$ , mas sem eliminar, ao mesmo tempo, o estado de coisas  $S$ , pois, eliminando o estado coisas  $S$ , eliminaria um bem maior. Assim, a proposição (9a) e a proposição (9b) não se sustentam. Logo, uma pessoa continuaria com as vestes da bondade se, em dada situação, pudesse eliminar dois males, mas não pudesse eliminar os dois instantaneamente.

O que se segue a partir disso, é que as proposições (9a) e (9b) não são consistentes.

Plantinga (2012) chama a nossa atenção para algo importante: alguém poderia argumentar que essas colocações não fazem diferença alguma quando estamos falando de um ser como Deus, um ser onisciente e todo-poderoso, que criou o universo e todas as leis naturais e, portanto, pressupõe que conhece tudo e pode tudo. Entretanto, isso não importa muito na arquitetura do problema *lógico* do mal, uma vez que é demonstrado que as proposições (9a) e (9b) não são necessariamente verdadeiras, cabe, concluir que elas não devem ser utilizadas para anuir contrariedade implícita do conjunto  $A$  (p. 35,36).

Contudo, o ateuólogo poderia ainda acrescentar, segundo Plantinga, a seguinte proposição: (9c) “Um ser bom, onipotente e onisciente elimina todo o mal que possa eliminar apropriadamente” (PLANTINGA, 2012, p. 36). Não obstante, mesmo sendo acionada essa proposição ao conjunto  $A$ , a lógica (no sentido amplo) nos avisa que ainda não obteremos um conjunto inconsistente.

Para responder a esta nova proposição, Plantinga reorganiza o conjunto  $A$ , que passará a ser o conjunto  $A'$ , da seguinte maneira:

- (1) Deus é onipotente;
- (2) Deus é totalmente bom;
- (2') Deus é onisciente;
- (3) o mal existe;
- (9c) Um ser bom, onipotente e onisciente elimina todo o mal que possa eliminar apropriadamente;
- e
- (10) Não há limites não lógicos ao que um ser onipotente pode fazer. (PLANTINGA, 2012, p. 36).

Nas considerações de Plantinga, podemos concluir das proposições dadas acima no sentido lógico amplo que se o conjunto  $A'$  fosse “formalmente inconsistente, a rejeição de (3) seria formalmente implicada pelos demais cinco. Isto é,” as proposições (1), (2), (2'), (3), (9c) e (10) implicariam que não há mal. Mas, implicam apenas, formalmente, que “não há qualquer mal que Deus possa eliminar apropriadamente”.<sup>59</sup> Logo, a conclusão que tecemos sobre o conjunto  $A$  é que ele não é explicitamente contraditório e nem implicitamente contraditório. Portanto, o problema de Mackie é um aparente problema *lógico*, que julgamos ser a resposta do filósofo Plantinga suficiente para contrapor às colocações do ateuólogo. Porém, achamos necessário avisar que esta revisão do problema de Mackie, assim como a resposta de Plantinga, é apenas uma introdução breve sobre o problema *lógico* do mal e que é de fundamental importância

---

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 36-37.

revisitar ambos os pensadores para ampliar a visão sobre o tema. Agora, seguiremos analisando aquilo que consideramos muito importante neste artigo: a defesa da liberdade, pois, cremos que o “livre-arbítrio libertário” é o ponto de Arquimedes na resposta de Plantinga sobre a existência de Deus e a existência do mal.

### **3. SEGUNDA PARTE DA RESPOSTA DE ALVIN PLANTINGA: O LIVRE ARBÍTRIO LIBERTÁRIO**

Antes de começarmos a explorar a segunda parte da resposta de Plantinga, é imperativo diferenciar dois termos importantes quando abordamos o problema do mal: *teodiceia* e *defesa*. Quando um pensador propõe especificar e explicar a verdadeira razão de Deus permitir a existência do mal ou para criar um mundo com *mal moral* e *moral natural*, ele está elaborando uma *teodiceia*, ou seja, um conjunto teórico que evidencia não apenas a falha do problema do mal, mas que justifica o real motivo de Deus permitir o mal existir. Já a *defesa* é uma tentativa não de explicar categoricamente qual é a razão de Deus permitir o mal, mas qual possivelmente seria a razão dEle permitir a existência do mal. Dentro do problema lógico do mal, por exemplo, essa *defesa* não precisa ser um *estado de coisas verdadeiro*, mas precisa apenas ser possível para anular o problema lógico do mal. Portanto, há uma diferença sutil entre uma *teodiceia do livre-arbítrio* e uma *defesa do livre-arbítrio*. O *teodicista do livre-arbítrio* afirma decididamente que o *livre-arbítrio* é a razão de Deus permitir o mal existir. Já *defensor do livre-arbítrio* alega que o *livre-arbítrio* é uma possível razão do mal existir.

Escritores clássicos, tais como Santo Agostinho (1995) e Leibniz (1952) elaboraram teodiceias para o problema do mal.

Destarte, a defesa do livre-arbítrio libertário em Alvin Plantinga é usada para evidenciar a impossibilidade de contradição entre a existência de um Deus onipotente, onisciente e bom e a presença do mal no mundo. Portanto, o teísta defende:

(1) Deus é sumamente poderoso, conhece necessariamente todas as coisas e é completamente bom.

Segue-se de (1) que Deus existe e não há relação de inconsistência com

(2) o mal existe,

(3) Há criaturas significativamente livres.<sup>60</sup>

O filósofo teísta tenta demonstrar, recorrendo ao conceito filosófico de liberdade (livre-arbítrio libertário), que não existe contradição nas proposições (1) e (2). Para tanto, ele nos faz pensar em uma realidade possível com criaturas realmente livres que realizam ações com *bem moral*, contudo, são realmente livres para, se quiserem, realizar também atos *incorretos*.

Utilizando a *semântica de mundos possíveis*, o filósofo Plantinga faz a defesa do livre arbítrio-libertário e nos oferece um conjunto plausível para o enigma da presença do mal no mundo e a existência de Deus, ou seja, esse conjunto descreve um *mundo possível* onde Deus existe, e o *mal moral* existe por causa do livre-arbítrio. Neste momento, considero necessário (para facilitar a vida do leitor) apresentar de forma mais didática possível uma definição de uma das ferramentas lógicas mais importantes da

---

<sup>60</sup> PLANTINGA, A. *Deus, o mal e a metafísica do livre arbítrio*. Tradução: André Nascimento Pontes, Ricardo Sousa Silvestre. **Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 3, p. 317-344, set/dez 2009. p. 321.

contemporaneidade, a saber, a *semântica de mundos possíveis*. Primeiramente podemos adotar a noção de *semântica de mundos possíveis* como um instrumental para expressar a maneira como as coisas são ou poderiam ter sido. Por isso, é imprescindível fazermos uma distinção entre *necessidade* e *contingência*. Para simplificar podemos distinguir uma *verdade necessária* de uma *verdade contingente*. Por exemplo, uma proposição é *necessariamente* verdadeira quando sua negação implica uma contradição. Logo, a premissa “*vinte mais vinte é igual a quarenta*”, seria uma *verdade necessária*, pois não poderia se seguir a outra conclusão, menos ainda, poderia se seguir a uma conclusão contrária, ou seja, a sua negação: “*vinte mais vinte não é igual a quarenta*”. Já uma *verdade contingente* não anula completamente uma proposição oposta. A proposição, Paulo perseguiu os cristãos é uma *verdade contingente*, devido a sua negação não ser *necessariamente* contraditória. Porque é cabível haver circunstâncias em que Paulo não tivesse perseguido os cristãos. Poder-se-ia afirmar, então, que aquilo que é contrário a uma *verdade necessária* é falso, e que a contingência diz respeito ao campo das possibilidades e probabilidades. Na *semântica de mundos possíveis*, há estado de coisas que pode ser *impossível*, como é o caso de círculos quadrados; há estado de coisas *necessário*, que existe em todos os mundos possíveis, inclusive no atual; e há o estado de coisas contingentes, existe em alguns mundos possíveis. É importante não confundir a *semântica de mundos possíveis* com universos possíveis ou multiversos. Quando os filósofos falam em *mundos possíveis* podemos entender *possibilidades* que é logicamente possível o que não implica em contradição; e uma contradição surge, por exemplo, quando existem duas proposições e uma é exatamente a negação da

outra. Como no caso, de “todo A é B” e “algum A não é B” ou “nenhum A é B” e “algum A é B”. Voltemos ao nosso exemplo de Leibniz. *Ele é filósofo*, mas não é logicamente contraditório que Leibniz seja físico, ou matemático, ou filólogo, ou que seja de qualquer outra área. Contudo, não seria possível que *Leibniz seja filósofo e não filósofo* ao mesmo tempo e no mesmo sentido, assim, não existiria um *mundo possível* com tal Leibniz. Portanto, a *semântica de mundos possíveis* é uma ferramenta lógica bastante usual entre filósofos analíticos e lógicos, porque é capaz de oferecer uma análise cuidadosa da realidade a partir das expressões *necessidade e possibilidade*.

Na defesa do livre-arbítrio libertário de Plantinga, um ser de “grandeza máxima”,<sup>61</sup> como Deus, cria criaturas *perfeitamente livres* e, em decorrência dessa liberdade, haveria a presença do mal no mundo, pois, essas criaturas livres, escolheram livremente agir de maneira correta nas mais variadas ocasiões, mas, em outras possibilidades, escolheram agir de forma diferente, praticando ações incorretas, inclusive, reprovadas por Deus. Um perfeito exemplo para o defensor do livre-arbítrio, está presente no capítulo três do livro de Gênesis: Deus deu a possibilidade livre de Adão comer ou não o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, advertindo que ele não deveria comer, porque certamente morreria. Adão, livremente, desobedeceu a Deus e condenou a humanidade.<sup>62</sup> Portanto, mesmo Deus existindo não determinaria, ‘a priori’, todas as ações que os seres humanos realizariam. O filósofo teísta define sua defesa nos seguintes termos:

---

<sup>61</sup> *O filósofo e teólogo cristão* Anselmo de Cantuária formulou o famoso e muito discutido “argumento ontológico” para provar a existência de Deus. No argumento

<sup>62</sup> SHEDD, *Bíblia. A queda do homem*. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2ª. ed. São Paulo: Vida Nova, 1997.

Como, então, funciona a defesa do livre-arbítrio? E o que quer o seu defensor dizer quando afirma que as pessoas são ou podem ser livres? O que é relevante para a defesa do livre-arbítrio é a ideia de *ser livre com respeito a uma ação*. Se uma pessoa for livre com respeito a uma dada ação, então, tem a liberdade de realizá-la ou não; nenhuma das condições anteriores e/ou leis causais determinam que ela realizará ou não a ação. Ela tem poder, no momento em questão, para realizar a ação, e tem poder para não a realizar. A liberdade, concebida desse modo, não deve ser confundida com a imprevisibilidade. (PLANTINGA, 2012, p. 46, grifo nosso).

O defensor do livre-arbítrio pressupõe que, de fato, as criaturas tenham realmente as condições de agir livremente sem a interferência de uma atuação externa que as obriguem a realizar ações diferentes daquelas que elas realmente gostariam de realizar. O que geraria, às vezes, determinado mal que seria o resultado das ações de agentes livres que livremente escolhem fazer o que é mal em detrimento do que é correto. E este é exatamente o cerne da defesa de Plantinga, que aborda com muita propriedade o juízo de que,

[...] Deus pode criar criaturas livres, mas não pode *causar* ou *determinar* que façam apenas o que é correto. Afinal, se o fizer, então elas não são afinal significativamente livres; não fazem

*livremente* o que é correto. Para criar criaturas livres com capacidade para o *bem moral*, portanto, Deus tem de criar criaturas com capacidade para o mal moral, e não pode dar a essas criaturas a liberdade de executar o mal e, ao mesmo tempo, impedi-las de executá-lo. E aconteceu, infelizmente, que algumas das criaturas livres que Deus criou erraram no exercício da sua liberdade; essa é a fonte do mal moral. O fato de algumas criaturas livres errarem, contudo, não depõe contra a onipotência de Deus nem contra a sua bondade; pois ele só poderia ter impedido a ocorrência do mal moral removendo a possibilidade do bem moral. (PLANTINGA, 2012, p. 47, grifo nosso).

Como bem nos assegura o filósofo cristão, pode-se dizer que é impraticável Deus criar um *mundo possível* com criaturas perfeitamente livres e, mesmo assim, impedi-las de agir livremente, mesmo que o exercício desse livre-arbítrio seja para o mal. Nesse contexto, fica claro que o fato de Deus criar criaturas livres e, infelizmente, elas usarem da liberdade para praticar ações incorretas não pode afetar “nem a bondade nem o poder de Deus”. Por isso, é importante constatar que o mesmo não poderia criar um *mundo possível* com criaturas livres, com bem moral e sem a possibilidade das mesmas criaturas praticarem livremente *ações incorretas* ou alcançarem algum grau de *mal moral* se assim desejarem. Não é exagero afirmar que essa possibilidade é incoerente para uma defesa do livre-arbítrio. O filósofo teísta finaliza afirmando que Deus só poderia ter

impedido a ocorrência do mal moral removendo a possibilidade do bem moral.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão que tecemos a partir da contribuição do filósofo Alvin Plantinga, é que sua resposta sobre a existência de um Deus *todo-bondoso* e *todo-poderoso* e a existência do mal é satisfatória. Utilizando a *semântica de mundos possíveis*, ferramenta sofisticada e filosoficamente inovadora, nos ajudou a compreender que não há contradição *implícita* entre a existência do Deus teísta e a existência do mal quando há criaturas *perfeitamente livres*.

Gostaríamos de ressaltar novamente que esta revisão do problema lógico do mal e da defesa do livre-arbítrio libertário em Alvin Plantinga é apenas uma introdução muito simples e breve sobre o tema e nosso intuito é incentivar o leitor a ler os originais e se aprofundar mais sobre o assunto. Por isso, recomendamos a leitura da obra; Deus, a Liberdade e o Mal e ainda a obra mais completa The Nature of Necessity que tem sido considerada um trabalho importantíssimo deste filósofo teísta, bem como a obra: Evil and Omnipotence do importante ateólogo Mackie.

Neste trabalho foi apresentado, brevemente, o problema lógico do mal num mundo criado por um Deus onipotente, onisciente e totalmente benevolente. Concentramo-nos no que denominamos o problema de J. L. Mackie, ou seja, seu argumento contra a existência de Deus. Depois, exibimos a resposta de Alvin Plantinga para o problema de J. L. Mackie e a defesa do livre-arbítrio libertário. Baseamos nossa pesquisa principalmente nas obras: Deus, a Liberdade e o Mal e Evil and Omnipotence [Mal

e Onipotência]. Tecermos nossa conclusão acreditando que a resposta do filósofo teísta bem como a sua defesa do livre-arbítrio, são satisfatória para o problema lógico do mal. Assim, cremos que o problema do mal não é um obstáculo que impeça a existência de um Deus bom e poderoso, e que não é uma incoerência intelectual acreditar em Deus mesmo o mal existindo.

## **REFERÊNCIAS**

ANSELMO, de Cantuária, Santo. **Proslógio**. [Livro eletrônico]. Tradução: Sérgio de Carvalho Pachá. Edição de Renan Santos. Porto Alegre: Concreta, 2016.

HUME, D. **Diálogos sobre a religião natural**. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEIBNIZ, F. **Theodicy**. New Haven: Yale University Press, 1952.

MACKIE, J. **Evil and Omnipotence**. In: The Philosophy of Religion, ed. MITCHELL, B. London: Oxford University Press, 1971.

PLANTINGA, A. **Deus, a liberdade e o mal**. Tradução: Desidério Murcho. São Paulo: Vida Nova, 2012.

PLANTINGA, A. Deus, o mal e a metafísica do livre arbítrio. Tradução: André Nascimento Pontes, Ricardo Sousa Silvestre. **Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 3, p. 317-344, set/dez 2009.

SHEDD, Bíblia. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2ª. ed. São Paulo: Vida Nova, 1997.